10.º Encontro Nacional Moura, 14 de outubro de 2015

Memória do Encontro

Presentes: Alexandra Figueiredo, Ana Quintela, António Covas, Conceição Matos, Fernanda Vaz e Paula Gonçalves (Activar), Fernando Rodrigues, Hermínia Gonçalves, Isabel Gaivão, João Cordovil, Jorge Miranda (Etnoideia), Jorge Nunes (Rumo), José Manuel Henriques, Luís Chaves, Luís Moreno, Kátia Travassos, Margarida Rebelo, Maria Clara Lourenço e Delphine Attali (ADC Moura), Maria Mercês Covas, Susana Sousa, Telma Guerreiro (Taipa)

Convidada: Cândida Rato

Ausentes que deram a conhecer a sua não participação: Augusto Sousa, Artur Cristóvão, Isabel Rodrigo, Hélder Guerreiro, João Ferrão, José Centeio, Paula Reis, Sara Trindade, Nelson Dias e Vanessa Sousa (IN Loco), Luísa Teotónio Pereira e Stéphane Laurent (CIDAC).

AGENDA

Reunião do Fórum C&T (manhã)

1. Abertura
 - 1.1. Apresentação do território e da entidade que nos acolhe
 - 1.2. Quem somos e de onde vimos
2. Ponto de situação dos desafios lançados pelo Fórum C&T
3. Novos Desafios/ações a lançar ao C&T
4. Continuidade/próximos passos dos desafios lançados ao C&T:
 - 4.1. Projeto Cidadania & Território - Desenvolvimento Sustentado
 - 4.2. Projeto Portugal Participa
 - 4.3. Fórum Finanças Éticas e Solidárias
 - 4.4. Projeto Pare, Escute e Olhe – ADC Moura
5. Balanço: síntese das atividades realizada e apresentação das Contas do C&T relativas a 2014/2015
6. Renovação da Equipa de Coordenação
7. Marcação do próximo Encontro
8. Oficina Temática "ECONOMIA DA PARTILHA"
 - "The People Who Share", Candida Rato
 - "Economia da Partilha: de que estamos a falar?", Prof. Doutor José Manuel Henriques;
 - Redes de Partilha e Cooperação num Setor Económico Emergente (EPAM) – Clara Lourenço, ADC Moura;Moderação a cargo de Hermínia Gonçalves, membro da EdC e docente da UTAD
9. Encerramento e avaliação do Encontro

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS AÇÕES E DECISÕES

- Realização do 11.º Encontro do C&T em Tondela (ACERT) no dia 16 de janeiro de 2016 (com uma oficina dedicada ao tema da "Governança Multinível dos Territórios e sua relação com os processos participativos);
- Constituição de um grupo de trabalho para a implementação de uma ação de continuidade do GovInt;
- Manter o C&T como parceiro do FFES.
- Renovação da EdC que passa a ser composta por: Conceição Matos (individual); Telma Guerreiro (TAIPA); Herminia Gonçalves (individual); Sara Trindade (individual) e RUMO (a definir)

O Encontro teve início pelas 10:00h no Cineteatro Caridade de Moura onde teve lugar o desenvolvimento dos trabalhos.

1. ABERTURA

A EdC deu as boas vindas, agradeceu a presença de todos, apresentando de seguida, em traços gerais, o Programa do Encontro.

1.1. Apresentação do território e da entidade que nos acolhe

Clara Lourenço, em representação da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADC Moura) e anfitriã do Encontro, iniciou os trabalhos com a apresentação do “território que nos acolhe”, relatando algumas das experiências e projetos desenvolvidos pela ADC Moura, que têm contribuído para a promoção do território em que intervém (ver apresentação PowerPoint em anexo).

Organizadas em função das estratégias e metodologias participativas em que se sustentaram, da “+ antiga”(parceria que criou o Centro Social e Comunitário de Safara) à “+ adiada” (Centro de Empreendedorismo Comunitário), passando pela “+ emblemática” (Serões de Aldeia), a “+ ampla” (projectos de envolvimento parental nas escolas do concelho de Moura) ou as “+ focalizadas na temática da participação” (Fórum de Prospectiva e Estratégia e Espaço Participativo Moura Cidade e Território), entre outras, as experiências relatadas cobriram o percurso de 23 anos de funcionamento da associação, uma iniciativa cidadã começada em 1993 e que veio a afirmar-se como plataforma local para o trabalho em nome de causas.

1.2. Quem somos e de onde vivimos

A apresentação dos membros do grupo foi feita a partir da inscrição num *post it* do nome de cada um, que era colado no mapa de Portugal no espaço correspondente ao seu lugar de proveniência. Como se pode verificar na imagem seguinte, neste Encontro continua a verificar-se uma maior concentração de membros da região de Lisboa observando-se uma participação mais fraca das restantes regiões do País.

2. PONTO DE SITUAÇÃO DOS DESAFIOS LANÇADOS PELO FÓRUM C&T

Neste ponto foram prestadas informações relativas ao projeto que aqui designamos de PIS (Pinhal Interior Sul). Este projeto surgiu por proposta de António Covas e resultou na criação, no seio do C&T, de uma equipa que visa apoiar a realização de uma ação de visibilidade naquele território, com o objetivo de chamara a atenção para os problemas da baixa densidade com que aquela região se confronta. Nessa conformidade, teve lugar uma reunião exploratória com os Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Vila de Rei, que acolheram com agrado a proposta e decidiram levá-la à consideração das restantes autarquias que integram o PIS e que também se pronunciaram favoravelmente à ideia. A dinamização desta ação contará, também, com o envolvimento do Instituto Politécnico de Portalegre e do GAL Pinhal Maior. Aguardam-se novos desenvolvimentos, mas tudo indica que a referida ação será agendada para março ou abril do próximo ano.

3. NOVOS DESAFIOS/AÇÕES A LANÇAR AO C&T

Tendo por base os resultados da discussão feita no âmbito do Fórum GovInt que reuniu cerca de 400 pessoas em torno de uma reflexão sobre os designados problemas sociais complexos, e no âmbito da qual foram constituídos diversos grupos temáticos, entre os quais o dos Territórios Vulneráveis (onde se incluem os territórios de baixa densidade e os bairros críticos) coordenado por João Ferrão e que contou com a participação ativa do C&T, a EdC, propôs o desenvolvimento de um projeto de “aplicação prática” da “experiência do GovInt” num daqueles territórios.

Com recurso a uma metodologia colaborativa, os referidos grupos de reflexão construíram mapas cognitivos (*mind maps* ou mapas conceituais) que procuravam perceber em que medida a governança integrada constituía uma boa resposta para os problemas complexos. No caso do Grupo de reflexão dos Territórios Vulneráveis, os mapas elaborados não se limitaram a identificar apenas os problemas, mas procuraram apontar alguns caminhos e pistas de intervenção e do exercício feito são apontadas também algumas recomendações no sentido de se testar a referida metodologia. Tendo presente o esforço coletivo desenvolvido, a discussão conseguida, e as propostas feitas no seio do GovInt de experimentação desta metodologia, considera a EdC que se poderia desencadear um projeto-piloto de animação territorial contando com o envolvimento com membros do C&T.

Disponibilizaram-se para dar corpo a esta iniciativa, Jorge Miranda, Ana Quintela, Margarida Rebelo, Hermínia Gonçalves, Susana Sousa e Conceição Matos, tendo ficado acordado que iria ser elaborada uma proposta do projeto para ser discutida num próximo Encontro.

Susana Sousa referiu ainda a possibilidade de se pensar, no âmbito do C&T, na elaboração de uma candidatura às "Iniciativas de Cooperação Bilateral do Programa Cidadania Ativa - FCG/EEA Grants". Estas Iniciativas de Cooperação Bilateral, poderiam constituir-se como apoio à concretização de uma de duas atividades previstas: a) o lançamento de um processo de trabalho de operacionalização dos mapas conceptuais do GOVINT, no âmbito de um ou dois territórios que os membros do C&T conheçam e para o qual ou quais considerem que o C&T pode ser uma ajuda; ou b) a iniciativa de grande visibilidade, por exemplo a do Pinhal Interior Sul.

Esta candidatura, caso seja aprovada, permitirá a obtenção de uma verba de um valor máximo de 5.500€ (financiada a 90%), para a realização de ações pontuais (intercâmbios, participação em formações ou seminários) exigindo-se como requisito a necessidade de se fazer um intercâmbio com uma entidade de um dos países doadores (Noruega, Liechtenstein ou Islândia - em termos de participação da sociedade civil a Islândia tem experiências interessantes). A candidatura deve ser formalizada no prazo mínimo de 60 dias antes do evento a realizar. Foi ainda referido que o concurso está aberto até 30/04/2016.

http://www.gulbenkian.pt/mediaRep/gulbenkian//files/institucional/atividades/programas_projectos/EEAgrants_CidAtiva/Docs/PCA_20150823_AvisoICB_PT.pdf

4. CONTINUIDADE/PRÓXIMOS PASSOS DOS DESAFIOS LANÇADOS AO C&T:

Neste ponto, Jorge Nunes e Susana Sousa fizeram, respetivamente, o ponto de situação dos projetos Cidadania & Território: Desenvolvimento Local Sustentado” e “Portugal Participa”. Foram também prestadas informações sobre a organização do segundo Encontro internacional do Fórum Finanças Éticas e Solidárias e apresentado o projeto Pare, Escute e Olhe, desenvolvido pela ADC Moura.

4.1. Projeto Cidadania & Território - Desenvolvimento Sustentado

Jorge Nunes, fez um ponto de situação do projeto “Cidadania Projeto Cidadania & Território - Desenvolvimento Local Sustentado” que se encontra na fase de disseminação de experiências a partir das iniciativas identificadas como boas práticas. As experiências a replicar foram selecionadas de uma forma participativa e colaborativa e, a partir delas, foram definidos os processos de intervenção para cada território envolvido.

Assim, no Alentejo, os concelhos abrangidos pela Rota do Guadiana e Terras Dentro, pretendem replicar a Rede de Empregabilidade desenvolvida no Barreiro/Moita numa lógica de intermunicipalidade que envolverá, também e para além destas entidades, as entidades parceiras das Redes Sociais, tendo sido já dados alguns passos no sentido do conhecimento daquela Rede de Empregabilidade.

No caso do Barreiro foram escolhidas duas experiências: (ii) a DLBC do Barreiro que incorporou a experiência do Projeto “Há Festa no Campo” que envolve algumas aldeias de Castelo Branco e cuja programação resulta de um processo decidido em assembleias comunitárias criada no seio da população. Esta experiência será replicada não numa ótica de aldeias, mas de bairros, tendo sido já definido o seu modelo de gestão que passa pela criação de um conselho participativo; (ii) o outro exemplo passa pela implementação do modelo do circuito curto mas que será assente nos mercados municipais.

Em Tondela, foi decidida a replicação da metodologia do próprio projeto “Cidadania & Território - Desenvolvimento Sustentado”. Neste caso, a Câmara Municipal, através da Rede Social, procurará identificar as práticas significativas do concelho e aproveitando para capacitar as instituições locais.

Jorge Nunes informou ainda que o Seminário Final do projeto terá lugar no dia 27.10.2015 na Fundação José Saramago e que estão a ser produzidas as recomendações as quais serão posteriormente divulgadas.

4.2. Projeto Portugal Participa

Em relação ao ponto de situação do projeto Portugal Participa, Susana Sousa deu nota dos próximos dois Fóruns Regionais que se irão realizar até ao final de 2015: dia 30 de Outubro, em Alfindega da Fé, que incide sobre as questões dos orçamentos participativos e a participação nos territórios de Baixa Densidade e dia 13 de Novembro em Alenquer, sobre Planeamento Colaborativo.

Para além desta informação, foi ainda dada nota das dinâmicas de participação que estão ou vão ser experienciadas/trabalhadas em cada um dos 4 territórios que integram formalmente a parceria do Projeto. Assim, em Odemira terá lugar a experimentação de uma dinâmica de PDM participado, envolvendo a formação e capacitação de técnicos e atores políticos e públicos, que irão estar a acompanhar o desenvolvimento do PDM

No Porto (freguesia de Campanhã), o projeto passará pela formação e capacitação de técnicos e de atores coletivos (públicos e não governamentais) para, de forma participada de um diagnóstico e plano estratégico de ação.

Em ambos os territórios, prevê-se que do processo de capacitação saia a construção de um road map para a implementação das ações, uma vez que se trata de processos morosos, cujo desenvolvimento decorrerá para além do fim do projeto

No Funchal, a prática a experimentar passará pela criação de núcleos comunitários de prevenção na área da proteção civil. Teve lugar em Setembro uma ação formação sobre o tema com peritos brasileiros.

Em Cascais, o processo passará pela criação de Planos de Ação Locais na área da Saúde.

João Cordovil, lembrando que os projetos apoiados pelo Programa Cidadania Ativa foram criados no seio do Fórum C&T (nomeadamente o projeto “Cidadania & Território: Desenvolvimento Territorial Sustentado”) que se constituiu como a rede de suporte para apresentação das candidaturas, lamentou o facto de, com exceção da RUMO, nenhuma das outras, entidades – pelo menos as que estão sedeadas no Alentejo (local de realização deste Encontro) e no Algarve – ter marcado presença no Encontro, de forma a interagir com o Fórum, dando testemunho sobre o desenvolvimento do projeto e ouvindo a opinião dos seus membros.

4.3. Fórum Finanças Éticas e Solidárias

Susana Sousa informou os presentes que está em curso a organização do II Encontro Internacional do FES, que terá lugar de 19 a 21 de Fevereiro de 2016 no Algarve. Disse que existem vários membros do C&T que estão a acompanhar os trabalhos do Fórum Finanças Éticas e Solidárias (FFES), nomeadamente, Sara Trindade, José Centeio, Graça Rojão e Vanessa Sousa, sendo esta, o elemento o designado para representar o C&T.

Foi decido manter o C&T como parceiro do FFES na organização desse segundo Encontro

Consulte.: <http://financaseticas.pt/>

4.4. Projeto Pare, Escute e Olhe –ADC Moura

Delphine Attali fez uma breve apresentação do projeto “Pare Escute e Olhe”, cujo Seminário Intermédio, subordinado à temática da participação e da interculturalidade, aconteceu em Moura no dia 23 de outubro e em cujo âmbito se procurou a recolha de contributos e recomendações para serem incorporadas no projeto. Nesta jornada de trabalho foram discutidas questões associadas aos preconceitos, aos valores e atitudes discriminatórias face à população cigana, visando-se a sensibilização dos presentes para a temática e o apoio a processos de mudança de atitudes e

comportamentos face a este grupo social. Este projeto é promovido pela ADC Moura e pela Rota do Guadiana, e resulta de uma candidatura apresentada ao Programa Cidadania Ativa. O seu objetivo é dar a conhecer a comunidade cigana através da desmistificação dos estereótipos que contribuem para a sua discriminação. O projeto poderá ser consultado no seguinte link: http://adcmoura.pt/pareescuteolhe/?page_id=45

Clara Lourenço solicitou aos membros do Fórum que dessem também o seu contributo para esta reflexão.

A este propósito, **Jorge Miranda** (Etnoideia) fez referência ao projeto “I am Roma”, que foi promovido pela Câmara Municipal de Sintra e contou, para a sua conceção e implementação, com a colaboração da Etnoideia, na qualidade de “external staff”. Este projeto, versando sobre os estigmas que estão associados à comunidade cigana, resultou de um trabalho conjunto com homens e crianças ciganas do bairro de Mira Sintra (e.g. os ciganos sabem que a generalidade das pessoas os vêm como “sujos, feios e desonestos”). Às mulheres ciganas foi proporcionada formação em costura, tendo sido criado, especificamente para o efeito, um atelier de costura. Esta formação foi assegurada por uma *designer* de moda e uma costureira (imigrante brasileira estabelecida no âmbito do projeto “vamos a Isto”. A Etnoideia, juntamente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) esteve

envolvida neste projeto, que culminou com a realização de um desfile de moda (coleção “Roma Trend”), com roupas confeccionada pelas ciganas e que contou com o patrocínio das lojas locais. Ainda no âmbito deste projeto, foram elaborados um livro de recursos e um filme de animação intitulado as “aventuras do Cig” (versão em inglês: Rom’s Adventures), cujo guião, cenários e personagens foram criados no seio do grupo de trabalho com os homens ciganos. A banda sonora do filme foi composta por um compositor do Dep. Filmscoring da New York University, e integrou músicas de jovens ciganos que, ao longo de seis meses, receberam formação de um músico cabo-verdiano. Este grupo de jovens

atuou no desfile de moda que também contou com a participação de uma jovem fadista do bairro de Mira Sintra.

O projeto pode ser consultado em: <http://www.ludenet.org/projects/i-am-roma/home>

5. BALANÇO: SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADA E APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO C&T RELATIVAS A 2014/2015

Conceição Matos, fez a apresentação da atividade e contas relativas ao exercício 2014-2015 (outubro de 2014 a outubro de 2015), tempo correspondente ao exercício de funções da atual Equipa de Coordenação e cujo documento se encontra em anexo a esta Memória.

O Fórum conta, atualmente, com **144 membros**, dos quais 111 são individuais e 34 coletivos. Do conjunto dos membros são efetivos 37 individuais e 19 coletivos. Durante este período integraram o Fórum 20 novos membros, 18 a título individual e 2 a título coletivo (APDES e Biovilla).

Quanto às **atividades** realizadas, destaca-se a organização de três Encontros Nacionais que tiveram lugar, respetivamente, no Porto (oficina temática “Arquitetura e Urbanismos Participados”); em S. Brás de Alportel (oficina temática “Territórios de Baixa Densidade”) e em Moura (oficina temática “Economia da Partilha”).

Contando com o contributo de alguns Membros, foram publicados no *site* textos e documentos da sua autoria.

No âmbito do *Google Group*, foram trocados, desde o momento da sua criação, **2.850 emails** (não constam deste número os *mails de* agradecimentos e de resposta). Desde julho de 2014, data em que teve início o processo de registo e organização da informação partilhada, foram feitas cerca de 333 partilhas de eventos, bibliografia, projetos, legislação, avisos de concursos, etc., que se distribuem pelas seguintes categorias: 175 eventos partilhados; 113 referências bibliográficas, artigos, Relatórios, etc.; 12 Projetos (desde janeiro de 2015); 19 avisos de concursos; 25 diplomas legais e alguns pedidos de colaboração e de participação em projetos em que os membros do grupo se encontravam envolvidos (votações, resposta a questionários, pedidos de bibliografia e/ou informação sobre determinadas temáticas, etc.).

Acolhendo uma sugestão apresentada no 7.º Encontro, que teve lugar em Vila Real, procedeu-se à sistematização da informação partilhada através do *googlegroups*, sistematização essa que é atualizada e enviada, em regra, com uma periodicidade semanal.

Foi ainda levado a cabo um concurso para a conceção do Logotipo, que contou com a participação de formandos do curso de Multimédia do CINEL e de uma Técnica da Taipa, tendo a escolha do logótipo sido feita através de um processo de votação via GG.

Como ações de visibilidade externa contam-se: a colaboração na conceção de uma das versões do Mapa Cognitivo dos Territórios de Baixa Densidade, que foi apresentado no âmbito do Fórum GovInt; a publicação de uma notícia no Boletim da Federação “Minha Terra”; a publicação no Jornal de Notícias do dia 21.01.2014. de uma notícia da autoria de José Alberto Rio Fernandes, relativa ao Encontro realizado no Porto; a reunião na Câmara Municipal de Vila de Rei, que contou com a Presença do Presidente e Vice-Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia Municipal; um elemento da EdC que integrou o Conselho Científico & Cooperação das Conferências de Aljustrel realizadas em maio de 2015.

Como aspetos menos conseguidos ou não concretizados, destaca-se a dificuldade na operacionalização de algumas propostas e sugestões emanadas do seio do grupo; a atualização do *site*; a dinamização do *Facebook*; o Inquérito aos membros do Fórum para identificar as suas expectativas e interesses; a criação das Bibliotecas (virtual no site e real em espaço cedido pelo CIDAC). Como pontos fortes deste Fórum destaca-se: o conhecimento mútuo; a entreaajuda e a partilha de conhecimentos, bem como o envolvimento direto e indireto dos membros do Fórum noutros projetos, parcerias e dinâmicas, conferindo, por essa via, visibilidade ao C&T.

As contas apresentadas correspondem ao período compreendido entre outubro de 2014 e outubro de 2015. **As receitas** do Fórum C&T são provenientes do pagamento das contribuições dos seus membros e do recebimento de juros relativos a um depósito a prazo. A receita obtida por esta via tem uma expressão muito residual no quadro total das receitas.

Neste exercício, aderiram à rede 20 novos membros e efetivaram a sua inscrição 13 (5 dos quais correspondem a novos membros e 9 a membros mais antigos). Neste período foi possível arrecadar 690,00€ de contribuições e joias relativas a 42 membros. Alguns destes membros procederam ao pagamento de contribuições relativas a mais do que um ano.

Do conjunto dos 56 membros efetivos, há contribuições em atraso no valor de **625,00€** (26 prestações relativas aos membros individuais e 14 relativas aos membros coletivos. Acrescem 5 joias que não foram pagas, apesar de terem sido pagas contribuições). Deste montante importa referir que **315,00€** correspondem a contribuições referentes a 2015, que ainda não foram pagas.

A 06.02.2015, foi efetuado um depósito a prazo pelo período de 1 ano no valor de 250,00€, com uma taxa de juro mensal de 1,5%, tendo sido recebidos 2,17€ de juros. Em julho de 2015 foi aberta uma

conta programada de rendimento mensal (conta poupança a 5 anos), com entregas mensais de 10,00€ com uma taxa de juro de 0,8%, pagos de 6 em 6 meses, não tendo, até à data, sido recebidos quaisquer juros.

As despesas do C&T, ao longo deste ano, resumiram-se ao pagamento de papel de cenário para os Encontros, ao pagamento das despesas referentes à organização do I Fórum de Finanças Éticas e às despesas de gestão e manutenção da conta.

No quadro seguinte pode observar-se a descrição das despesas e receitas do C&T no período de outubro 2014 a outubro de 2015.

CONTAS Out. 2014 a Out. 2015					SALDO
Saldo (transição da anterior EdC)					795,26
RECEITAS			DESPESAS		
Joia	12 * 5,00€	60,00€	Papel de cenário e canetas	17,99€	
Contribuições	42* 15,00€	630,00€	Fecho de Contas do Fórum FES - C&T como entidade copromotora	55,82 €	
Juros (depósito a prazo)	0,31€*9	2,17€	Imposto sobre rendimentos (juros)	0,72€	
			Gestão de Conta	26,94€	
			Imposto selo / gestão da conta -	1,44€	
TOTAL RECEITAS		692,17€	TOTAL DESPESAS		102,91€
Total com saldo da anterior EdC					1487, 43€
SALDO FINAL					1.384,52€
OUTROS					
Depósito a prazo*	250,00	A 06.02.2015, foi efetuado um depósito a prazo pelo período de 1 ano, no valor de 250,00€, com uma taxa de juro mensal de 1,5%.			
Conta poupança (entregas mensais de 10,00€)	Foi aberta, em julho de 2015, uma conta programada de rendimento mensal (conta poupança a 5 anos), com entregas mensais de 10,00€, com uma taxa de juro de 0,8€ pagos de 6 em 6 meses.				

Em síntese, transitou da anterior EdC um saldo de 795,26€; arrecadaram-se 692,17€ de receitas e registou-se uma despesa se 102,91€, sendo o saldo atual de **1.384,52€ (mil trezentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e dois centímos)**.

6. RENOVAÇÃO DA EQUIPA DE COORDENAÇÃO

A Equipa de Coordenação foi renovada com a incorporação de um elemento novo, a Sara Trindade, em substituição da Susana Sousa que, de acordo com a Carta de Organização Interna, não pode

permanecer na coordenação por um período superior a 2 anos. A Rumo manterá a sua representação, tendo ficado acordado que iria indicar o elemento que irá substituir o Jorge Nunes.

7. OUTROS ASSUNTOS

Fernando Rodrigues, informou que no dia 12 de agosto passado foi constituída a Rede Portuguesa de Economia Solidária, cujo processo está a ser dinamizado pelo Prof. Doutor Roque Amaro. Esta Rede pretende ser uma proposta de Economia Alternativa, assente nos princípios da reciprocidade, da cooperação e da partilha e que entende que a economia solidária assenta em processos, formais ou informais, de produção, troca, consumo, distribuição, geração de rendimentos, poupança e investimento, que conjugam Economia com Solidariedade,

Informação sobre a Rede poderá ser consultadas em <https://rpespt.wordpress.com/>

8. OFICINA TEMÁTICA: “ECONOMIA DA PARTILHA”

Durante o período da tarde teve lugar a Oficina subordinada à temática da Economia da Partilha, que contou com as intervenções de Cândida Rato, responsável pelo movimento, The People Who Share em Portugal, Clara Lourenço, da ADC Moura e José Manuel Henriques, Docente do ISCTE-IUL e teve como moderadora Hermínia Gonçalves, membro da EdC e docente na UTAD.

Foram apresentadas as seguintes comunicações:

- O Movimento “The People Who Share”, por Cândida Rato
- “Economia da Partilha: de que estamos a falar?”, por José Manuel Henriques;
- Redes de Partilha e Cooperação num Setor Económico Emergente (EPAM), por Clara Lourenço, da ADC Moura;

Cândida Rato, coordenadora nacional do movimento “The People Who Share”, fez uma apresentação

sobre a sua história e objetivos visados. Disse que este movimento teve origem no Reino Unido, em 2011 e tornou-se mais visível em 2012 com a realização de um evento designado por National Sharing Day, que aconteceu em diferentes cidades do país e contou com o envolvimento de 45 parceiros. A visibilidade internacional obtida, através das redes sociais, levou à criação da iniciativa

a nível global, pelo que ainda nesse ano foi organizado o 1.º Global Sharing Day, no qual participaram 21 países com o envolvimento de 165 parceiros.

O 3.º Global Sharing Day, realizado em 2014, foi assinalado nos 5 continentes e chegou a cerca de 100 milhões de pessoas, facto que levou a que em 2015 passasse a ter a duração de uma semana e não apenas de um dia. Portugal assinalou em 2014 o 1.º Sharing Day e em 2015 a Global Sharing Week (semana global da partilha), tendo sido o país com maior número de atividades.

Ver: www.thepeoplewhoshare.com/global-sharing-week

<http://sicnoticias.sapo.pt/programas/edicaodamanha/2015-06-11-Semana-da-Economia-de-Partilha-chama-a-atencao-para-realidade-em-crescimento>

Foi em 2013 no “Greenfest”, realizado no Estoril, que Cândida Rato teve conhecimento do conceito da Economia da Partilha, na Conferência de Abertura em que conheceu Benita Matofska, mentora e fundadora deste movimento no Reino Unido. Atualmente, The People Who Share – Portugal, conta com 23 parceiros e tem vindo a ganhar crescente notoriedade. Este movimento, através da facilitação de interações e de contactos, com atividades e participação em eventos, pretende promover o conceito e opções da Economia da Partilha em Portugal e no Mundo, pela criação de uma comunidade global de pessoas que partilham.

A Economia da Partilha é entendida como um modelo socioeconómico centrado na partilha de bens e serviços, recursos materiais e imateriais, e promove um estilo de vida e de negócio sustentáveis. Abrange a criação e produção, distribuição, transação e consumo de bens e serviços, em que cada pessoa pode ser um produtor e/ou recetor, com uma postura de rentabilizar os recursos existentes.

O conceito de Economia da Partilha é, segundo Cândida Rato, um ‘chapéu’ para muitas coisas que já estão a acontecer (ex: partilha de boleias, consumo colaborativo, bancos de tempo, troca de casas, empréstimos, novos serviços, etc.) e TPWS - Portugal um modo de as potenciar e interligar.

Pode ser consultada mais informação sobre este movimento nos sites seguintes: <http://www.thepeoplewhoshare.pt/> , <https://www.facebook.com/ThePeopleWhoSharePortugal/?ref=hl> e <http://www.thepeoplewhoshare.com/>

Clara Lourenço apresentou o projeto EPAM, que vem sendo desenvolvido desde 2009, e é dirigido ao sector da produção de ervas aromáticas e medicinais. Este projeto é dinamizado com os próprios produtores, num processo de partilha de experiências e de recursos, que visa a consolidação do negócio, a afirmação do sector no mercado e o reforço da sua dimensão competitiva aos níveis nacional e internacional.

Ao longo dos últimos anos, a produção de ervas aromáticas e medicinais em Portugal tem vindo a suscitar crescente interesse e a incorporar novos produtores. Assenta numa economia de tipo familiar, com áreas de dimensão reduzida, em média de 2 hectares, e que é pouco industrializada. O reduzido volume de produção, por um lado, e o acesso a maquinaria e equipamento caros (cuja aquisição condiciona enormemente a viabilidade do negócio), por outro, apresentam-se como pretextos incontornáveis para o fomento de iniciativas de partilha, pelo que, através do projeto EPAM, se tem procurado criar condições e mecanismos de apoio aos produtores no processo de modernização e consolidação dos seus negócios pela via do desenvolvimento de soluções colaborativas.

O projeto EPAM assenta em quatro eixos de intervenção: conhecer, relacionar, informar e potenciar,

apresentando como valores-fortes o *empowerment* dos agentes, a partilha, a colaboração e a transparência.

Assim, ao longo destes seis anos, desde 2009, e de forma participada e colaborativa, foi definido um plano estratégico de intervenção que assentou em diferentes etapas: elaboração do diagnóstico de necessidades; definição de um plano de ação; implementação da estratégia e sua consolidação a nível nacional e internacional, bem como a criação de um conselho de especialistas.

Para a dinamização do projeto são utilizadas duas ferramentas: o *site* e a dinamização de redes de proximidade. O *site*, cuja construção e animação é da responsabilidade dos produtores, constitui um recurso fundamental para a partilha das suas experiências, divulgação de iniciativas e apresentação de sugestões. Ali está disponível um Fórum; uma Agenda que é estruturada a partir das solicitações dos promotores; os projetos desenvolvidos por cada um; o Guia dos produtores, e uma Carta onde é feita a georreferenciação dos promotores (conta com cerca de 100). No “terreno” fomentam-se as relações de proximidade, através de encontros locais que têm por objetivo fomentar as ligações entre as pessoas, o conhecimento mútuo, a partilha de recursos (máquinas, instrumentos agrícolas, espaços, etc.), bem como a transferência de R&D e inovação e a promoção projetos colaborativos de proximidade.

Um exemplo que ilustra bem a forma como esta rede se articula é o facto de os produtores e fabricantes terem, em conjunto e de forma absolutamente inovadora, desenhado e concebendo máquinas agrícolas adaptadas à atividade. O caso do secador solar constitui o exemplo mais emblemático.

Apresentação PowerPoint em anexo.

José Manuel Henriques, partindo de uma análise às exposições anteriores, incidiu a sua intervenção em torno do conceito da economia da partilha, das questões que suscita e do seu papel no quadro dos desafios contemporâneos.

Por contraponto à economia convencional, numa relação entre duas pessoas, quando ocorre uma ‘transação’ (não apenas uma troca), ela não decorre necessariamente de uma postura egoísta na reação a um estímulo externo. De facto, na economia convencional, os humanos não agem em relação com outras pessoas, não agem em função de emoções, valores políticos ou religiosos. No âmbito da economia da partilha, pelo contrário, o foco assenta na interação entre as pessoas, na qualidade dessa relação, na confiança que se estabelece entre si, na dádiva, na reciprocidade e na proximidade.

Porém, no âmbito da economia da partilha levanta-se uma questão central: como é que, para alguns, é possível o consumo sem dinheiro? Em torno da temática da menor dependência do dinheiro e da organização coletiva no sentido da diminuição dessa dependência (consumo organizado e colaborativo), podem coexistir: (i) perspectivas pró-capitalistas, a favor da expansão das empresas (mais grupos organizados que aumentam a aquisição de bens, ainda que numa ótica de organização coletiva); (ii) como perspectivas alter capitalistas, no sentido de que convivem com o capitalismo embora sem se afirmarem como capitalistas; (iii) ou ainda perspectivas ditas anticapitalistas, que, por exemplo, num projeto de utopia pós capitalista, visam a multiplicação de novas formas de organização socioeconómica que venham a mostrar a viabilidade de um outro sistema económico que não seja capitalista.

José Manuel Henriques, Introduziu também a questão da nossa predisposição subjetiva para a aceitação de um manancial de diferentes temas que nem sempre são claros para nós – fala-se de *crowdfunding*, de *sharing economy*, *sharing village*, de finanças éticas, de comércio justo –, mas que revelam alguma inquietação, como se andássemos à procura de qualquer coisa que não sabemos bem designar, mas que é diferente do convencional, e que, no fundo, cria em nós a predisposição para aceitarmos que aquilo que se designa por economia é muito diverso e vai muito mais além das empresas e do Estado. Por exemplo, nos movimentos de transição no âmbito da *Great Transition*, o *Great Reskilling* proclama a necessidade da tomada de consciência das contradições do sistema económico e do desenvolvimento de competências que permitam aprender a viver de modo diferente, com menos dinheiro e menos dependência face ao consumo de energia de origem fóssil.

José Manuel Henriques deu ainda como exemplo o caso de uma *sharing village*, situada num território de baixa densidade no sul da Alemanha, habitada por uma comunidade de pessoas evidenciando uma grande passividade, vivendo com um grande sentimento de solidão e abandono e que subsistindo fortemente daquilo que produzem. A partir de uma estratégia de intervenção assente na ideia de partilha, organizou-se um almoço (*sharing day*), cuja condição era que cada um devia trazer a sua especialidade, confeccionada apenas com produtos cultivados por si. A partir desta experiência, as pessoas, para além do prazer de usufruírem coletivamente do momento, ganharam consciência da

enorme riqueza económica das especialidades que produziam e da sua própria capacidade produtiva para auto-consumo (aquilo que cada um fazia de melhor), da sua importância e de como, coletivamente, todos ganhavam com essa diversidade e com a complementaridade das competências específicas de cada um deles. A partir de uma iniciativa de base territorial, esta comunidade pôde dar um grande salto qualitativo na sua capacidade organizativa e de iniciativa empreendedora.

Do projeto apresentado pela Clara Lourenço, decorre uma outra perspetiva de abordagem desta temática. A ideia da interajuda assente num banco de trocas e no estabelecimento de relações interpessoais de proximidade, como iniciativa cidadã que procura, a partir da inteligência coletiva, formas de organização e fontes de financiamento que, individualmente, cada uma das pessoas não conseguiria, e isso sem que se abdique de um conjunto de valores e condições de realização pessoal por parte de quem está envolvido nesta iniciativa. Um aspeto muito interessante deste projeto e ligando-o às questões do desenvolvimento territorial, é o facto de se tratar de uma iniciativa local que, pelos custos que lhe estão associados, se liga com a inovação social pela animação da produção no âmbito da fileira das ervas aromáticas e medicinais através da mobilização dos produtores a nível nacional. Este caso é mais um exemplo que nos leva a refletir sobre se no quadro do desenvolvimento territorial, estaremos a utilizar as categorias adequadas das escalas do desenvolvimento local enquanto confinado a um espaço geográfico definido. É muito frequente, no quadro dos conceitos do desenvolvimento local, confinar-se a noção de “local” com a de um ‘sítio’ à volta do qual está um ‘anel’ que é mais pequeno que o do regional. O exemplo do projeto EPAN, ilustra de forma magnífica o sentido estratégico do desenvolvimento local, quando aquilo que está em jogo não se confina às fronteiras físicas dos “sítios”, mas tem mais a ver com a dinâmica de transformação que, podendo ser localmente “iniciada”, pode ter uma projeção independente do contexto físico em que se situa a fronteira. Portanto, o que faz a diferença entre o paradigma do desenvolvimento local face ao que se fazia antes e se designava de desenvolvimento regional, é exatamente a ideia de que a interação social – que é relevante do ponto de vista da mudança da sociedade – pode não ser fisicamente contígua, em termos de globalização é cada vez mais fisicamente descontígua, e o facto de a iniciativa ser de base territorial poder ser a chave do enigma. Estes aspetos podem cruzar-se com uma série de outras temáticas, como, por exemplo, o empreendedorismo social, entendido como forma de organização coletiva que permite ir ao encontro dos problemas da sociedade. Esta proximidade temática, que sempre existiu, mas que agora levanta um cem número de outras possibilidades de intervenção, quando se discute, por exemplo, como situar o desafio da resiliência territorial ou a antifrágilidade dos territórios face à interdependência que estamos a viver. Basta imaginar a questão do euro e a possibilidade da saída de Portugal da moeda única. Mas, para além disso, obriga a visitar os

fundamentos do nosso pensamento porque, sem querer, estamos aqui a falar de uma economia diferente daquela que se ensina na escola, dado que aqui combinamos aquilo que é a produção para ser vendida (valor e troca) e aquilo que é a produção (valor de uso) para não depender do dinheiro. A questão que se coloca é a de compreender como é que estas dimensões se podem combinar e como é que novas estratégias de ação de base territorial podem combinar estas duas perspetivas para o futuro da tal resiliência territorial, quando se vive num contexto de desemprego elevado, com rendimentos muitos baixos, quebra grande da proteção social, etc.

9. ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENCONTRO

Antes do encerramento dos trabalhos, os membros do Fórum C&T fizeram um balanço muito positivo do 10.º encontro. Procedeu-se à síntese das conclusões do evento e marcou-se a data e o local do 11.º Encontro Nacional, tendo ficado acordado o dia **16 de janeiro, em Tondela (ACERT)**, tendo sido escolhido para a oficina temática, por proposta de António Covas, o tema: **Governança e Administração Multinível do Território e sua relação com os processos participativos.**

Em anexo a esta Memória, encontram-se:

- Os *powerpoint* de suporte às comunicações;
- A síntese da atividade contas relativa ao exercício da atual equipa de coordenação

A Equipa de Coordenação, 24 de outubro de 2015

Susana Sousa

Jorge Nunes

Conceição Matos

Hermínia Gonçalves

Telma Guerreiro